

COMISSÃO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA CMMC

84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CMMC

09 de abril de 2026 | local: Sala de Reuniões SEMAM | Horário: 10h00 Coordenador: Glaucus
Renzo Farinello (SEMAM)

Vice Coordenador: Fernanda Rodrigues Alarcon (SEMAM)

Relator: Glaucia Reis (SEMAM)

Representantes presentes: Fernanda Alarcon (SEMAM/PMS), Edson Zeppini (GPM/PMS), Carla Guimarães Pupin (SEMAM/PMS), Greicilene Regina Pedro (SEMAM/PMS), Marco Antônio Rubens (SEINFRA), Gabriel Carassini Aguiar (SEOBE), Marcelo Sampaio (SEPORTE/PMS), Franco Cassol (DEFESA CIVIL), Victor Arroyo da Silva do Valle (DEFESA CIVIL), Ernesto Kazuo Tabuchi (SEGOV), Janaina Nascimento (SMS)

Ausências justificadas:

Convidados:

Memória da Reunião

Pauta da Reunião:

1. Leitura e aprovação das atas anteriores;
2. Atualizações do Plano Municipal de Redução de Riscos – PMRR.
3. Assuntos gerais

Sra. Fernanda iniciou a reunião agradecendo a presença de todos.

No item 1, comunicou que a ata da 83ª reunião será enviada por e-mail aos membros da CMMC e aprovada por este, e reforçou a necessidade da conclusão da ata da 68ª R.O. Mencionou que sobre 02 apresentações realizadas no COMDEMA: 1ª em março sobre Plano Operacional Anual (POA) e a 2ª dia 08/04 sobre as metas de curto prazo do PACS de 2025 e as de metas de médio prazo de 2026. Inteirou que, devido ao vencimento das metas de curto prazo em 2025, o foco para esse ano será a revisão das metas de curto prazo e o olhar para as metas de médio prazo - 2030.

Sr. Ernesto pontuou que metas não cumpridas sejam mantidas.

Sra. Fernanda concordou, e disse que estão aguardando se ficarão da mesma forma ou se serão organizadas de forma diferente e com outras datas, pois o Governo Federal colocou as datas em 2027 e 2035

Sr. Ernesto comentou que deve analisar se as metas do Governo Federal podem ser cumpridas e estabelecer as metas possíveis, caso sejam.

Sra. Greicilene sugeriu colocar em pauta este assunto numa reunião específica da Comissão.

Sr. Franco propôs abrir a planilha para que os membros possam contribuir sobre a possibilidade de cada meta.

Sra. Fernanda concordou e abriu a planilha e explicou que esta contém os seguintes eixos: nº 1 legislação (cumprido), eixo nº 2, da Defesa Civil (cumprido) e o eixo nº 3 (não cumprido). Acrescentou que as metas de curto prazo devem ser incorporadas às metas de médio prazo.

Sr. Ernesto comentou a necessidade de alinhamento dos compromissos assumidos pelo Brasil na última reunião climática mundial às metas do Governo Federal.

Sra. Greicilene citou que as metas presente no PACS vêm de decreto municipal, sendo necessário discutir o processo da mesma maneira do ano anterior e que as metas e o tempo de cumprimento no decreto atual conversa com a NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) da época.

Sra. Fernanda sugeriu uma reunião dedicada às NDCs.

Sra. Carla inteirou que a CMMC relacione projetos que estão sendo feitos aos eixos correspondentes e levar ao COMDEMA.

Praça dos Expedicionários, 10 – 9º andar – Gonzaga - Santos - SP

CEP 11.065-922 - Tel.: (13) 3226-8080 - cmmc@santos.sp.gov.br

Sra. Fernanda explicou que esta é uma questão interna da Comissão.

Sra. Carla mencionou a SEINFRA como peça importantíssima dentro de vários eixos.

Sr. Ernesto mencionou que as rampas da praia, as estações de bombeamento, a recuperação de mangues e a criação do Parque Palafitas fazem parte das ações de readaptação de mudança climática.

Sra. Carla complementou sobre as ações do PMRR e citou criação de GTT específico.

Sra. Greicilene apontado dá necessidade da criação de relatório para mostrar em que ponto a Comissão está, de acordo com as determinações do PACS e de acordo com este, a SECLIMA é responsável pela elaboração do relatório e apresentação deste na CMMC. Participou que as ações serão apresentadas ao Ministério Público e à Câmara dos Vereadores, mostrando que as obras realizadas são úteis, resilientes e voltadas às mudanças climáticas. Citou que em relação ao relatório, será um documento único atestando o que as Secretarias têm feito.

Sr. Ernesto pontuou que a SECLIMA é responsável em obter informações e dados necessários das Secretarias.

Sra. Greicilene sugeriu que a CMMC elabore minuta solicitando os dados de cada Secretaria com prazo específico.

Sra. Fernanda comentou que, antes de colocar no relatório, contatarão as Secretarias/Secretários que não enviaram dados. Acrescentou que, após a discussão, tem 60 dias para obter as informações de cada Secretaria para elaboração do relatório.

No item 3, Sr. Victor iniciou a apresentação sobre o PMRR dizendo que a atualização mais recente é 09/2024. Disse que o mapeamento das áreas de risco faz parte do PMRR, e que este já estava sendo realizado pela equipe da Defesa Civil. Informou que se teve como ideia contratar o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) para a atualização completa do plano, devido a atualizações na metodologia de elaboração deste. Explicou que o objetivo do PMRR é ser um instrumento municipal de planejamento para redução do risco de desastres e envolve três aspectos: 1. Mapeamento das áreas de risco, 2. Indicações de intervenções estruturais e não estruturais para os setores de risco alto e muito alto e 3. Levantamento de potenciais fontes de recursos. Falou dos mapeamentos das áreas de riscos, das metodologias desenvolvidas pelo IPT e o Ministério das Cidades e esclareceu que a metodologia envolve vistorias de campo. Inteirou que as categorias de riscos são definidas em 04: risco R1 (risco baixo): suscetibilidade e vulnerabilidade baixas e sem sinais de movimentação, R2 (risco médio): suscetibilidade e vulnerabilidade médias e sem sinais de movimentação, R3 (risco alto): suscetibilidade média e alta, vulnerabilidade alta e sinais de movimentação pequenos e R4 (risco muito alto): suscetibilidade e vulnerabilidade altas e sinais de movimentação proeminentes (em um período de um ano).

Sr. Ernesto questionou sobre forma de critérios para classificar um risco.

Sr. Victor respondeu que, são feitas análises de áreas de riscos. Participou que as áreas de risco são uma questão a ser resolvida, sendo uma das propostas de metodologia do IPT.

Sra. Carla questionou sobre como saber quais são as situações extremas.

Sr. Victor respondeu que praticamente tudo é área de risco em caso de evento extremo.

Sra. Greicilene perguntou sobre eventos extremos de chuva em área de assentamento informal com problemas de drenagem e suas consequências.

Sr. Victor respondeu que a Defesa Civil faz o mapeamento e ocorre do morador mudar seu assentamento para local não mapeado, o que pode aumentar os riscos. Citou as áreas mapeadas na última atualização do PMRR: Marapé, Morro São Bento e a Área Continental. Pontuou que a área 28 (Mantiqueira) deixará de existir, caso os moradores da região sejam realocados. Disse que é uma área divisa com Cubatão e monitorada pela Defesa Civil por ter risco alto, e como a área está planejada, há a possibilidade de reocupação desta. Enfatizou a importância da pós-relocação, tendo relação direta com o GTT do PPMA (Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica), pois envolve a recuperação, monitoramento e fiscalização para impedir a reocupação.

Sr. Ernesto pontuou que essa questão foi o 1º objetivo da Comissão Municipal de Análise de Impacto de Vizinhaça (COMAIV), sendo uma ação de adaptação que afeta várias secretarias.

Sra. Carla mencionou que o morro Santa Maria é uma área de risco e houve realocação de famílias, e que restaram 02 casas que foram reocupadas, por não realizar a recuperação ambiental.

Sr. Victor inteirou que o AbE do Monte Serrat só teve continuidade devido a recursos externos.

Sra. Greicilene questionou se o PMRR leva em consideração os riscos tecnológicos.

Sr. Victor respondeu que o PMRR é específico para movimentos gravitacionais de massa e enxurradas, pensando em territórios acidentados (morros) e que o ideal seria ter um PMRR para todos os tipos de riscos que podem afetar a cidade com mais intensidade. Mencionou as Macrozonas Morros e Macrozona Noroeste e também Macroárea Continental, (Mantiqueira e Monte Cabrão). Falou que as áreas de risco são divididas em 107 setores com número estimado de 13.035 moradias (8.223 moradias no setor de monitoramento, 4.676 moradias com risco alto e 136 moradias com risco muito alto). Explanou sobre a área de risco AR10 – Pacheco e os diferentes setores de risco (R3 e R4). Comentou que em 2018, houve um processo de remoção de moradias na área de encosta. Salientou que a dificuldade na remoção das ocupações provém da resistência dos moradores em deixar o local, mesmo tendo prioridade no programa de unidades habitacionais. Falou das indicações de intervenções para os setores de risco alto e muito alto, sendo 02 tipos de intervenções: estruturais (obras e serviços) e não estruturais (medidas de gestão). Explicou que o IPT sugeriu obras e serviços de segurança gerais, mas que precisariam de detalhamento a partir de dados coletados em campo. Mencionou da dificuldade de adaptação dos moradores que deixam as ocupações para morar no conjunto habitacional.

Sr. Ernesto participou que não é questão habitacional, mas inclusão social.

Sra. Greicilene questionou se a decisão do IPT significa que áreas com problemas geológicos terão alternativas técnicas para que tenham risco menor.

Sr. Victor respondeu que, pelo ponto de vista de engenharia, sim, mas financeiramente, nem sempre é possível.

Sra. Greicilene citou que se deve considerar além do risco, a importância de se ter vegetação nessas áreas.

Sra. Carla comentou sobre a Fazendinha (Vila Israel), uma Zona de Preservação Paisagística e Ambiental (ZPPA) uma área pertencente ao Estado ocupada por cerca de 300 famílias, e este deseja doar a área ao município.

Sr. Victor acrescentou que é uma questão antiga e tentam resolvê-la desde início junto ao município. Inteirou que a estimativa de custos para as 30 áreas feitas pelo IPT, em valores desonerados, seria de R\$ 17 milhões.

Sra. Greicilene questionou como se justifica este valor.

Sr. Victor respondeu que há muitas particularidades de obras no morro e que as secretarias vinculadas ao serviço de obras têm total conhecimento e tratam destas questões.

Sra. Carla apontou que a proposta do IPT muitas vezes não converge com a do município, o que acaba levando a obras maiores por parte do município em comparação às estimativas do IPT.

Sr. Victor apresentou a divisão de custos por área de risco, as alterações sugeridas pelo IPT e o orçamento para as alterações. Falou dos critérios de priorização: 1. Grau de risco, abrangência dos impactos, 2. Número de moradias diretamente beneficiadas, 3. Participação da comunidade, 4. Viabilidade técnica e executiva, 5. Custos de implantação das obras por área e 6. Cronograma de execução, possibilidade e/ou viabilidade de articulação para captação de fontes alternativas de recursos necessários. Na continuidade explanou sobre as intervenções não estruturais, que incluem Planejamento Urbano (adequações de legislação), Planos e Programas (HIS, GRD), Fiscalização, Defesa Civil, Meio Ambiente (PMMA), Comunicação com a Sociedade, Educação (palestras nas escolas – São Manuel) e Comunidade (planos comunitários). Comentou sobre as áreas informais no morro e que isso pode ser regularizado com a regularização fundiária. Disse que é comum o morador querer regularizar a situação, mas não consegue por vários motivos.

Sra. Fernanda apontou que a maior parte das moradias não tem lote registrado, dificultando o processo de regularização.

Sra. Carla comentou que deveria haver aplicação da lei de assistência técnica para evitar essa situação.

Sra. Fernanda perguntou se houve avanço nessa lei.

Sra. Carla disse que a Sra. Laís e Sra. Renata (DEDURB) são responsáveis sobre esta questão.

Sr. Victor falou que a solução é a regularização fundiária, apontando a necessidade de recursos para contratação de empresas especializadas para fazer os levantamentos necessários. Explicou que a atualização do PMRR foi realizada devido à determinação do Ministério Público junto a Prefeitura, utilizando recursos do FUNDURB. Informou que o Ministério Público está cobrando do município a implementação do PMRR. Participou sobre a portaria de criação do GTT PMRR, uma das iniciativas para auxiliar na implantação do PMRR. Informou que o GTT PMRR realiza reuniões mensais na Defesa Civil e vistorias de campo. Na sequência apresentou parte da lista de obras sugeridas pelo IPT para redução de risco. Comentou que obras simples são de responsabilidade da Prefeitura de Novos Morros e obras complexas, da SIEDI. Participou que após decidir as obras prioritárias, o GTT PMRR elaborou o plano de ação para implementação do PMRR, estabeleceu fluxogramas para contratação de obra e a matriz de risco para planejamento a longo prazo. Explicou sobre o plano de ação, a indicação das fontes de dados e o resultado da consolidação, sendo: 275 intervenções, (40 executadas e 235 pendentes), apontou todos os pontos de intervenção sugeridos e a lista consolidada de indicações e recomendações com as respectivas prioridades. Esclareceu que o plano inclui estabilização de encostas, drenagem superficial e profunda, contenções estruturais, recuperação de taludes e intervenções viárias. Informou as etapas de implementação do PMRR: classificação de prioridades, caracterização das intervenções, definição dos fluxos administrativos e acompanhamento da execução. Indicou que há três classificações de prioridade (0 – imediata, 1 – preventiva, 2 – programada) e apontou o resultado da distribuição das prioridades. Falou dos modelos de execução (licitação pública, atas de registro de preço e contratações emergenciais) e dos fluxos operacionais conforme o tipo de obra.

Sra. Greicilene questionou se o GTT de Ocupações Irregulares está ativo.

Sr. Victor respondeu que sim.

Sra. Carla discorreu sobre a situação na Vila Israel, comentando sobre a falta de recuperação, monitoramento e fiscalização que impede a remoção definitiva das ocupações no local.

Sr. Victor concordou, e mencionou a Vila dos Criadores, em que há vistorias devido à decisão judicial. Concluiu a apresentação mostrando a matriz de risco administrativo e o cronograma de longo prazo (20 anos) para implementação das intervenções.

Sra. Fernanda parabenizou a apresentação, que será disponibilizada no grupo da Comissão. Complementou que é importante a interação entre a CMMC e a Defesa Civil, pois há correlação entre ambos. Reforçou que a CMMC está disposta a auxiliar a Defesa Civil nas ações relacionadas ao clima.

No item 3, Sra. Fernanda perguntou ao Sr. Edson se o GPM tem pauta de mudanças climáticas.

Este respondeu não ter informação do assunto.

Sra. Fernanda sugeriu informar o Chefe de Gabinete do GPM sobre a CMMC e da participação do GPM na reunião da Comissão. Informou que pauta da próxima reunião será o PACS. Sem mais nada a ser tratado no momento, a reunião foi encerrada.

**FERNANDA ALARCON
VICE COORDENADORA**